

Resenha

Infraestrutura para o desenvolvimento da Amazônia. Abramovay, R. (2022). *Infraestrutura para o desenvolvimento sustentável da Amazônia*. São Paulo: Elefante. ISBN: 978-65-87235-91-2.

Peter Schröder Professor Associado no Departamento de Antropologia e Museologia (DAM) e no Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA) da Universidade Federal de Pernambuco. peter.schroder@ufpe.br

Às vezes, a quantidade da literatura acadêmica produzida sobre a região amazônica parece ser, ela mesma, um tipo de selva crescendo tanto na própria Amazônia quanto em outras regiões do mundo. Entre as mais diversas vozes que discutem a atualidade e o futuro da Amazônia, tornou-se muito mais difícil do que várias décadas atrás ser escutado ou, respectivamente, lido. Algumas obras chamam a atenção menos pelo tamanho do que pelas vozes e visões apresentadas, antigamente ignoradas ou menosprezadas, como o relato singular do xamã Davi Kopenawa (Kopenawa e Albert, 2015). Em comparação com outras publicações mais detalhadas e volumosas, por que um livrinho como o ora resenhado merece atenção, atestada na contracapa por leitores como a atual ministra do Meio Ambiente, Marina Silva?

A resposta é: por apresentar uma análise original, sucinta e propositiva. Ricardo Abramovay é professor sênior do Instituto de Energia e Ambiente da USP e é nacional e internacionalmente conhecido por suas importantes contribuições às discussões sobre sustentabilidade. Fazem parte de seus trabalhos mais conhecidos *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (2007) e *Muito além da economia verde* (2012). O livro ora resenhado apresenta uma continuidade das informações, reflexões e propostas do trabalho anterior, *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza*, publicado em 2019 pela mesma editora. Enquanto no livro de 2019 Abramovay discute as transformações necessárias das atividades econômicas na Amazônia para se despedir das práticas predatórias da atualidade, a favor de uma diversidade econômica baseada nos conhecimentos, locais e científicos, da impressionante biodiversidade da macrorregião, no livro de 2022 o enfoque é diferente: as infraestruturas para viabilizar práticas econômicas sustentáveis na Amazônia sem destruir sua cobertura vegetal.

Abramovay começa com uma tripla constatação: (1) o IDH dos estados na Amazônia é relativamente baixo em comparação com suas potencialidades econômicas e sociais registradas pelos mais diversos observadores; (2) aquilo que geralmente é contabilizado como infraestrutura na Amazônia, sobretudo os grandes projetos agrários, hidrelétricos e viários, se transformou em catástrofes ambientais e sociais; e (3) a literatura científica e técnica voltada à infraestrutura da sociobiodiversidade florestal ainda é precária. Desse modo, se

justificam esforços para sistematizar conhecimentos e experiências acumuladas sobre alternativas à conceituação convencional de infraestruturas, favorecendo serviços ecossistêmicos prestados aos habitantes das áreas rurais e urbanas na Amazônia. Portanto, a questão central do livro é: “quais as infraestruturas necessárias à melhoria da qualidade de vida na Amazônia e de suas atividades produtivas vinculadas ao uso sustentável da biodiversidade?” (p. 13)

Para responder à questão, Abramovay construiu um quadro analítico baseado em quatro dimensões, ou “pistas” (p. 8), que sintetizam sua concepção de infraestrutura: (1) a natureza como infraestrutura; (2) a infraestrutura do cuidado com as pessoas; (3) dispositivos considerados indispensáveis para a vida contemporânea (conexões de comunicação, mobilidade, saúde, educação, saneamento, etc.); e (4) os aspectos institucionais e organizacionais da transição para a sustentabilidade da vida social e econômica na Amazônia. Estas dimensões são apresentadas e discutidas individualmente, e em parte ilustradas com exemplos bem sucedidos de projetos locais, em quatro capítulos que representam a parte central do livro. O acréscimo de mais exemplos locais ou a descrição mais detalhada dos exemplos citados seria desejável, mas parece isto não foi o interesse do autor, mais preocupado com questões conceituais e a síntese da proposta do livro.

O ponto de partida da análise são os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas como um referencial de orientação geral que precisa ser traduzido em critérios claros para direcionar investimentos em infraestrutura. Para Abramovay, os ODS fornecem referências para pensar em duas concepções básicas de infraestrutura. Por um lado, as famosas obras, as quais, no caso da Amazônia, têm na extração, produção e escoação de *commodities* sua principal finalidade, ou seja, dando suporte a um modelo econômico predatório e insustentável. O material que mais representa esta concepção é o concreto (cap. 3: “O fim da era do concreto”) e uma de suas obras mais emblemáticas é o complexo hidrelétrico de Belo Monte, com todos os seus gravíssimos impactos ambientais e sociais. Por outro lado, a concepção defendida por Abramovay leva em consideração a existência das grandes obras já implantadas, ou seja, os resultados de conhecimentos técnicos transplantados para a região, mas favorece uma economia da biodiversidade voltada, acima de tudo, para as necessidades da população regional, tanto rural quanto urbana. Ela requer uma economia do conhecimento da natureza.

Nas palavras do autor:

[...] este trabalho procura apontar, ainda que de forma limitada e fragmentária, a urgência de que se amplie a visão sobre a infraestrutura a partir de dois eixos centrais. Por um lado, aquele capaz de melhorar o uso sustentável da floresta e dos rios da Amazônia, tanto por parte das comunidades florestais como por parte de agricultores familiares ou de fazendas. Por outro lado, tendo em vista a importância das sedes municipais, das cidades médias e das metrópoles, as

infraestruturas urbanas, inspiradas nas soluções baseadas na natureza, nos serviços e no fortalecimento da ciência, também têm que ser objeto de pesquisa e de propostas que façam das particularidades urbanas da Amazônia um meio de preservar a floresta, de incentivar seu uso sustentável e de gerar ocupação, emprego e renda, para que possam ser reduzidas as imensas desigualdades que hoje marcam a região. (p. 82-83)

Podem ser observadas algumas analogias com o *Green New Deal* norte-americano por incluir também o cuidado com as pessoas, sobretudo, crianças, idosos e portadores de necessidades especiais, e o papel dos cuidadores. Ou seja, serviços e o acesso a eles são componentes fundamentais desta concepção de infraestrutura. No caso das infraestruturas do uso sustentável da sociobiodiversidade florestal, é dado destaque ao aproveitamento de energias limpas e renováveis e das vias aquáticas para garantir a mobilidade de pessoas e produtos regionais.

A estrutura do livro é rigorosa e não contém nenhuma digressão que eventualmente pode ser considerada desnecessária por alguns leitores, terminando em uma série de conclusões (p. 81-83) e recomendações (p. 85-90).

Chama a atenção que Abramovay não abandonou o conceito de desenvolvimento, mas se apoia na famosa concepção de Amartya Sen (2010). Deste ponto de vista, o livro pode desagradar aquela parte dos cientistas sociais que continuam a ser seguidores das ideias do pós-desenvolvimento, ou seja, daquela vertente com origens na década de 1980 caracterizada por uma rejeição total do conceito de desenvolvimento por considerá-lo um mero conceito-chave do neocolonialismo (por exemplo, Escobar, 1995). Ao mesmo tempo, o autor tampouco abandona o princípio do crescimento econômico, contrariando, desse modo, implicitamente antigas propostas de crescimento zero que têm circulado em diversas discussões ambientalistas.

Em nenhuma parte do livro é possível ler vagas evocações sobre alguma necessidade de primeiro destruir o capitalismo para salvar a Amazônia. O que Abramovay propõe são transformações profundas nas relações ambientais na Amazônia que, sim, representariam mudanças radicais no atual modelo de pilhagem e rapinagem, cujas consequências desastrosas para os biomas brasileiros foram recentemente divulgadas pelo projeto MapBiomas, para o período de 1985 a 2023 (Projeto MapBiomas, 2024), e seu progressivo abandono.

Resumindo: trata-se de um livro propositivo, visionário e estimulador que merece muitos leitores. A principal questão que resta é pragmática. As transformações infraestruturais propostas por Abramovay devem ser realizadas sob qual governo, levando em consideração que elas não teriam tido as mínimas chances nem sob os governos federais de 2016 a 2022 nem teriam sob a maioria dos atuais governos estaduais? Olhando para as necessidades de costurar coalizões complexas para garantir a governabilidade

no contexto das atuais composições do Congresso Nacional e de numerosas assembleias legislativas nos estados da Amazônia, qual será a real chance de as propostas serem colocadas em prática amplamente num cenário de drásticas transformações ambientais que exigem respostas rápidas? Um dos grandes méritos do livro resenhado é apontar para saídas de um cenário atual que tem todos os ingredientes para induzir ao pessimismo.

Referências

- ABRAMOVAY, R. (2007). *Paradigmas do capitalismo agrário em questão* (3^a ed.). Edusp.
- ABRAMOVAY, R. (2012). *Muito além da economia verde*. Editora Abril/Planeta Sustentável.
- ABRAMOVAY, R. (2019). *Amazônia: por uma economia do conhecimento da natureza*. Elefante.
- ESCOBAR, A. (1995). *Encountering development: The making and unmaking of the Third World*. Princeton University Press.
- KOPENAWA, D., e Albert, B. (2013). *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami* (B. Perrone-Moisés, Trad.). Companhia das Letras.
- PROJETO MAPBIOMAS. (2024). *Mapeamento anual de cobertura e uso da terra no Brasil* (Coleção 9). https://brasil.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/4/2024/08/Fact_Colecao-9_21.08-OK.pdf
- SEN, A. (2010). *Desenvolvimento como liberdade* (L. T. Motta, Trad.). Companhia das Letras.